

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



### ATA

11.ª Reunião (extraordinária) da Assembleia de Delegados  
da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

9.julho.2022

09:30h, Sede OA -Lisboa

Aos nove dias do mês de julho, de dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia de Delgados (AdD) da Ordem dos Arquitectos (OA), mandato 2020-2022, para a sua 11ª reunião, sessão com caráter extraordinário, na Sede Nacional da OA, em Lisboa.

#### Participaram na reunião

- a) **Presencialmente:** Inês Batista (em substituição de Luís Oliveira), Ivo Oliveira, João Fagulha, José Martinez, Leonor Cintra Gomes, Luís Rebelo de Andrade (em substituição de Ana Nascimento), Manuel Rosa, Maria Manuel Oliveira, Paulo Pardelha e Paulo Seródio.
- b) **Por “zoom”, tendo apresentado justificação de acordo com o artigo 7.º do Regimento:** Adriana Floret, Carlos Antunes, Daniel Vale (em substituição de Manuel Ferreira), Décio Ferreira, Fátima Matos, Francisco Domingos, Igor França, João Belo Rodeia, José Luís Fernandes, Lia Ferreira, Lino Paixão, Luís Miguel Correia, Luís Tristão, Marta Falcão, Nuno Freitas, Patrícia Fernandes Rocha e Telmo Cruz.
- c) **Não estiveram presentes:** Carlos Veloso, que justificou a ausência, não tendo sido possível a sua substituição.

**Foram convidados** e estiveram presentes: Gonçalo Byrne, Presidente do CDN, Joana Seixas Nunes, Tesoureiro do CDN e (via zoom) Luiz Quinaz, ROC e membro do Conselho Fiscal.

**Estiveram presentes** o assessor jurídico da AdD, Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo da reunião, Fátima Marques.

#### Ordem de Trabalhos:

1. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse.
2. Apreciação e votação da proposta de Protocolo de Repartição de Quotização 2022 - Assegurar a viabilidade económico-financeira da Ordem dos Arquitectos, Princípios e Metodologia, Exercício de 2022;
3. Apreciação e votação da proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2022;
4. Apreciação e votação da proposta de Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2021.

A **Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados, Maria Manuel Oliveira**, constatando haver quórum, deu início à reunião às 9 horas e 40 minutos. Cumprimentando e agradecendo a presença de todos, em especial a do Presidente da Ordem dos Arquitectos, Gonçalo Byrne, solicitou autorização para a sessão ser gravada, e sugeriu uma alteração na ordem de trabalhos, passando o ponto 1. para último lugar e o ponto 4. para primeiro, propostas que foram aceites pela Assembleia. De seguida deu a palavra ao Presidente da OA.

**Gonçalo Byrne** - Agradeceu a presença dos delegados nesta reunião de carácter extraordinário para apreciação das propostas constantes na OT. Começou por referir a necessidade urgente da aprovação do Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2022, atendendo, nomeadamente, ao facto de a Ordem se encontrar a funcionar em regime de duodécimos, situação que causa múltiplos constrangimentos tanto ao funcionamento do CDN como ao das Secções Regionais. Salientou a importância do ano de 2022 para a implementação da nova realidade regional e consequente descentralização da OA, que considerou fundamental ao seu bom exercício, não só perante as necessidades dos seus membros, como pelo bom desempenho da Arquitetura, um serviço que deve ser prestado com qualidade à sociedade. Desejando um bom trabalho à Assembleia, passou a palavra a Joana Seixas Nunes, Tesoureiro do CDN, para a apresentação detalhada dos documentos em análise.

**Maria Manuel Oliveira** – Agradeceu a Gonçalo Byrne e solicitou a Joana Seixas Nunes a apresentação do documento constante no ponto 1. (anterior Ponto 4.) da OT.

### **Ponto 1. Apreciação e votação da proposta de Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2021**

**Joana Seixas Nunes** - Saudando os presentes, informou que solicitou a presença do Dr. Luiz Quinaz, Revisor Oficial de Contas e membro do Conselho Fiscal da OA, para esclarecimento da Assembleia Delegados em eventuais questões de natureza técnica e, também, sobre as demonstrações financeiras dos documentos em discussão. De seguida fez a apresentação do documento “Relatório e Contas 2021” (anexo a esta ata), através de um *PowerPoint*. Explicou a composição do relatório, organizado de acordo com a nova orgânica da OA, iniciada em 2021 (6 órgãos nacionais: Congresso, Assembleia Delegados, Conselho Diretivo Nacional, Conselho de Disciplina, Conselho Fiscal; e 3 órgãos regionais por cada uma das 7 secções: Assembleia Regional, Conselho Diretivo Regional, Conselho de Disciplina Regional). Destacando que a implementação das SR's foi central à atividade desenvolvida pela OA ao longo deste primeiro ano de funcionamento, informou já estar garantida uma sede para cada uma das 7 secções, devidamente dotada dos indispensáveis recursos humanos e técnicos, e ligada em rede. Destacou algumas das atividades realizadas em 2021, nomeadamente: organização da Conferência Europeia de Políticas Arquitetura; produção da exposição e do catálogo Habitar Portugal 12/17; protocolo com o Fundo Ambiental e realização de cursos dedicados à sustentabilidade e inovação; atribuição de prémios; continuidade do processo relativo ao projeto de conceção para ampliação da Sede Nacional da OA em Lisboa, neste momento em fase do estudo prévio. Apresentou, de seguida, o resultado da atividade no ano 2021, referindo que, sendo a OA uma organização sem fins lucrativos, o resultado líquido positivo obtido (762.521 euros e 26 cêntimos) não sendo desejável, se justifica pela contração de atividades e gastos provocada pela pandemia. Continuou a sua apresentação com um resumo das atividades da Ordem e com a respetiva comparação entre 2021 e 2020. Relativamente ao valor das quotas, que não são atualizadas há diversos anos, o CDN propõe aplicar o automatismo de atualização anual, conforme previsto no Regulamento de Quotas e, ainda, a cessação do e-mail profissional e do cartão de saúde nos moldes da prestação atual. Para concluir, apresentou a proposta de aplicação de resultados - 60% do resultado líquido no fundo de reserva e 40% nos resultados transitados -, esclarecendo os Delegados que, quando votassem o Relatório, estariam a votar simultaneamente esta aplicação de fundos. Terminou a apresentação, passando a palavra ao Dr. Luiz Quinaz.

**Luiz Quinaz** - Tendo examinado as contas da OA na sua qualidade de Revisor Oficial de Contas, destacou que a Ordem apresenta uma certificação legal das contas sem qualquer reserva, uma vez que foi resolvido um processo judicial interposto contra a Ordem (num valor que rondava os 458 mil euros e que no final de 2021 ficou determinado em 187.000 euros), relativo ao reconhecimento de um curso de arquitetura, que

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



NIF 500 802 025

perdurava há vários anos. Esclareceu que deixou de fazer sentido haver qualquer nota de ênfase, e que esse é o teor da presente certificação legal das contas, mais conhecido por uma “opinião limpa”, sublinhando que é o primeiro ano em que que emitiu este parecer em relação à OA, que no passado obtinha a chamada “revisão limitada das contas”. Assinalando que o Conselho Fiscal emitiu um Parecer que corrobora a posição do Revisor, manifestou a opinião que a Assembleia de Delegados deverá seguir o parecer desse Conselho, aprovando as contas e o destino da aplicação dos resultados. Indicando, como único reparo, o facto já assinalado por Joana Seixas Nunes relacionado com o resultado positivo muito acima do valor que seria expectável para uma entidade do setor não lucrativo, considerou que os documentos apresentados à Assembleia se encontram em conformidade, exprimem de forma verdadeira a situação financeira da Ordem e contêm toda a informação relevante para uma boa leitura das despesas financeiras. Finalizou, colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento entendido necessário.

**Maria Manuel Oliveira** - Agradeceu as apresentações e abriu o período de discussão, passando a palavra aos Delegados.

**Patrícia Fernandes Rocha** - Observou que as explicações da proposta foram esclarecedoras, solicitando apenas explicação sobre a forma de financiamento para a concretização do projeto aprovado para o edifício anexo à sede da Ordem.

**Joana Seixas Nunes** - Explicou que este concurso que já se encontrava em andamento e que é necessário avançar com o processo, que se encontra ainda em fase de projeto. O financiamento da obra, está em estudo, existindo já conversações com a Câmara de Lisboa nesse sentido.

**Patrícia Fernandes Rocha** – Compreendendo a explicação, declarou não concordar com o procedimento adotado.

**Luís Rebelo Andrade** - Questionou se a OA verificou se o gabinete que ganhou o projeto cumpre as regras obrigatórias (programas de software legais, seguros etc.), de modo a garantir uma concorrência saudável, conducente a melhores desempenhos profissionais e maior reconhecimento social.

**Joana Seixas Nunes** - Esclareceu que quem ganhou o concurso foi o Arq. Luís Pedro Pinto e que a Ordem não realiza controlos para além da sua competência, orientando-se pelo Regulamento de Disciplina e Procedimentos Disciplinar.

**Manuel Rosa** - Referiu que, embora a título legal, a Ordem não possa fazer aquele tipo de controlo, poderia, eventualmente, emitir um certificado declarando que o arquiteto ou gabinete se encontrava em conformidade com o exigido por lei.

Sem mais intervenções, a **Presidente da Mesa** colocou à votação da AdD a proposta de “**Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referente ao exercício de 2021**”, que obteve a seguinte votação:

**Votos a favor - 24**

**Votos contra – 0**

**Abstenções – 2**

**A Proposta foi aprovada por maioria**

(estavam presentes 26 delegados)

**Ponto 2. Apreciação e votação da proposta de “Protocolo de Repartição de Quotização 2022 - Assegurar a viabilidade económico-financeira da Ordem dos Arquitectos, Princípios e Metodologia, Exercício de 2022”**

**Maria Manuel Oliveira** – Lembrando que estava em causa a apreciação da revisão da anterior Proposta de Repartição de Quotização, que obteve parecer desfavorável da AdD na sua 9ª reunião, realizada no dia 12 de março, solicitou a Joana Seixas Nunes que procedesse ao enquadramento e apresentação da Proposta.

**Joana Seixas Nunes** – Contextualizou o tema, informando que após a não aprovação da proposta anterior, o CDN realizou um périplo por todas as SR's no sentido de construir consensos que viabilizassem uma nova proposta, sendo que os representantes das Secções foram convidados a participar nessas reuniões. Referiu que os encontros foram muito importantes pois ocasionaram um melhor conhecimento mútuo e das questões regionais; que apesar de não terem sido apresentadas propostas alternativas, essas reuniões permitiram um conjunto de sugestões que informaram uma nova proposta que foi apresentada na reunião plenária do CDN de 15 Junho e aprovada por todas as SR's, com a exceção da SR-Algarve, tendo ainda sido objeto das declarações de voto do Algarve e dos Açores. Seguidamente, através de um PowerPoint, apresentou a nova proposta de “Protocolo de Repartição de Quotização 2022” (anexa à Ata), pormenorizando as diferenças relativas ao documento anteriormente apresentado, e disponibilizou-se para responder aos delegados.

A **Presidente da Mesa abriu** um período para intervenções da assembleia.

**Manuel Rosa** - Tomou a palavra para felicitar o CDN e as Secções pelo empenho colocado no sentido de encontrar um maior equilíbrio na repartição de quotização, conseguido quer pelo esforço do CDN, que perdeu uma verba significativa da sua quotização habitual, quer pelo das 7 SR's, que tendo ficado um pouco mais favorecidas, certamente poderão trabalhar melhor. Terminou agradecendo a todos essa disponibilidade.

**Ivo Oliveira** - Saudou a proposta apresentada, resultado do trabalho conjunto entre o CDN e as diversas Secções, a qual chegou à AdD bastante mais robusta e consensual.

**Leonor Cintra Gomes** - Iguamente felicitou a proposta e o empenhado envolvimento de todos na sua elaboração, assinalando que clarifica várias questões. Perguntou qual a fundamentação do voto contra do Algarve.

**Décio Ferreira** - Saudou o esforço do CDN em abdicar de uma parte da sua verba, mas considerou que não tem uma informação completa sobre o assunto, nomeadamente por falta da ata do CDN e das declarações de voto. Pediu esclarecimentos sobre a justificação do cancelamento do Congresso por ausência de aprovação do PQR anterior, referindo que a sua realização, sendo obrigatória pelo Estatuto, seria possível em regime de duodécimos. Comentou a invocada não existência de verba para alguns assuntos e os gastos implicados, nomeadamente, no périplo que o CDN realizou pelas SR's. Lembrou, relativamente à proposta de Repartição de Quotização apresentada, a existência do Protocolo inter-administrativo, que não foi tomado em linha de conta, e questionou, ainda, o facto de o Congresso constar no Orçamento de 2022 apesar de ter sido cancelado.

**Joana Seixas Nunes** - Informou não ter ainda sido recebida a declaração de voto do Algarve, mas apenas a dos Açores, e que ambas serão enviadas em simultâneo. Esclareceu que o Congresso não foi cancelado, mas adiado, e que estando a Ordem a funcionar em gestão corrente de caixa baseada no orçamento do ano anterior, seria impossível contemplar a realização do congresso. Referiu ainda que, mesmo contando com a aprovação das propostas hoje em discussão, até ao final do ano já não existiria o tempo útil necessário à preparação de um evento desta importância.

**Décio Ferreira** – Reiterou a sua discordância com o adiamento do congresso.

**Nuno Freitas** - Agradeceu a apresentação de Joana Seixas Nunes e o trabalho do CDN. Louvando embora o esforço do CDN em abdicar de parte da sua verba, considerou que a proposta de Protocolo de Repartição de Quotização 2022 é muito idêntica à anterior. Defendeu a realização de uma análise mais desenvolvida em relação aos gastos e receitas das duas SR que já existiam, e que a repartição de quotização devia respeitar os 5%, como indicado no Protocolo inter-administrativo.

**Décio Ferreira** - Corroborou a opinião de Nuno Freitas sobre a aplicação do princípio dos 5%. Defendeu a instalação das sedes com base nesse princípio e a posterior verificação da sua viabilidade. Chamou, ainda, a atenção para o facto, para si incompreensível, de algumas regiões terem duas sedes.

**Fátima Matos** - Agradeceu o trabalho e esforço do CDN para chegar a consensos. Mostrou desagrado com a afirmação de Joana Seixas Nunes sobre o facto de as Secções não terem apresentado propostas, mencionando que o convite não foi feito nesses moldes e que não houve abertura para tal nas reuniões. Considerou importante aprovar o Orçamento para criar condições dignas de trabalho, e defendeu estar na altura de ultrapassar o protocolo e de estabelecer a repartição de quotização através de um documento mais definitivo.

**Joana Seixas Nunes** - Confirmou que a proposta apresentada não é de rutura, antes dá continuidade ao modelo anterior, concentrando-se na sua melhoria, para a qual foram fundamentais as reuniões havidas com as SR's. Referiu que faz sentido ser, nesta fase, ainda um modelo experimental, uma vez que a efetiva instalação das sedes se encontra em curso e que esse processo poderá exigir outros ajustamentos.

**João Fagulha** – Declarou que irá votar a proposta favoravelmente, apesar de temer que o corte na verba atribuída ao CDN possa por em risco alguma atividade desse Conselho. Considera, no entanto, que essa cedência se mostra necessária, uma vez que o Protocolo inter-administrativo aprovado no anterior mandato a par com a criação das novas 7 secções, não acautelou devidamente o impacto orçamental da sua instalação. Referiu, também, que equilibrar essa situação poderá passar pelo aumento substancial das quotas.

**Maria Manuel Oliveira** - Não havendo outras intervenções, agradeceu o esforço desenvolvido para a concretização de uma nova Proposta de Repartição de Quotização, que implicou um processo de aproximação direta do CDN às Secções Regionais e aos seus representantes, conseguida através das reuniões efetuadas nas várias sedes. Realçou ser fundamental dar continuidade a este tipo de contactos, assim assegurando que os órgãos da OA se relacionam e se ouvem de forma próxima, efetiva e consequente. Referiu que esse reconhecimento fundamenta também as reuniões descentralizadas e presenciais que a AdD tem vindo a realizar, assim ativando a comunicação transversal entre as instâncias que representam os arquitetos em todo o país. Defendeu, ainda, a não consolidação imediata do PRQ, uma vez que, estando apenas no segundo ano da instalação das SR's, existem várias situações que estão a ser testadas e que é indispensável que a metodologia agora em construção tenha plasticidade para as absorver e integrar no documento definitivo.

**Fátima Matos** – Afirmou que, ao contrário do Décio Ferreira, pensa que a ida do CDN às SR's representou um ganho, e não um gasto, e sugeriu que este périplo adquira regularidade, pois mostra-se de grande vantagem para todos debater ideias em ambiente de proximidade local.

**Patrícia Fernandes Rocha** - Mencionou que embora se tenha absterido na anterior votação, hoje irá votar a favor, uma vez que as Secções estão em concordância com a proposta. Esclareceu, contudo, que mantém a posição que tem defendido, de que deveria existir uma entidade externa que efetuasse um estudo de viabilidade que garantisse que seriam tomadas as opções mais corretas do ponto de vista orçamental.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



A **Presidente da Mesa da AdD** colocou à votação da AdD a proposta do CDN “**Protocolo de Repartição de Quotização 2022**” - **Assegurar a viabilidade económico-financeira da Ordem dos Arquitectos, Princípios e Metodologia, Exercício de 2022**, que obteve a seguinte votação:

**Votos a favor – 22**

**Votos contra – 4**, de Lia Ferreira, Décio Ferreira, Francisco Domingos e Nuno Freitas, que enviarão as respetivas declarações de voto (em anexo a esta ata).

**Abstenções – 1** (IB)

**A Proposta foi aprovada por maioria**

(estavam presentes 27 delegados uma vez que Paulo Pardelha entrou na reunião neste ponto)

**Ponto 3. Apreciação e votação da proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2022.**

A **Presidente** abriu este ponto e solicitou ao Tesoureiro que fizesse a apresentação deste documento.

**Joana Seixas Nunes** fez a apresentação da proposta de Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2022, através da exibição de um *PowerPoint* (anexo a esta ata). Explicou a organização do documento, descrevendo as principais iniciativas previstas, baseadas no princípio da Qualidade e Sustentabilidade, com o reforço dos corpos consultivos com as Comissões Técnicas, e a divisão das atividades do CDN em 4 grandes áreas - nomeadamente de Representação: onde salientou as reuniões com o CAU no sentido de um novo acordo de reciprocidade com o Brasil e vice-versa; da Arquitetura e Profissão: onde salientou essencialmente a Modernização Administrativa e Código de Construção e o Observatório da Profissão, entre outros; Sociedade: destacou a formação certificada e o protocolo de fundo ambiental, e também o Jornal Arquitectos e o retomar do seu lançamento em papel entre outras; e na área da Instituição: realçou o 16º Congresso que começará a ser organizado este ano e se realizará, como já referiu, nos Açores, no primeiro trimestre de 2023, nomeou também a modernização do parque informático e tecnológico da Ordem e a Carta de princípios e Norma de Funcionamento etc., chamou ainda atenção para algumas das atividades dos restantes órgãos Nacionais, e das Secções Regionais. Sobre o Orçamento, propriamente dito, referiu como este documento se encontra organizado e dividido: as Orientações Gerais, assim como as Receitas e Gastos da OA, e deu explicações diversas sobre o Orçamento Extraordinário de Investimento/Fundo de Reserva, entre outras rubricas do Orçamento, mencionou igualmente os seus Anexos, em particular o anexo 5. (Proposta de afetação de verbas a retirar do Fundo de Reserva da OA para fazer face aos investimentos e despesas extraordinárias), que são por exemplo o investimento na reabilitação da Sede nacional, a renovação tecnológica, o balcão único e a premiação dos recursos humanos. Terminou a apresentação, propondo que se aprove o Plano Geral de Atividades e o Orçamento para 2022, assim como a afetação das verbas que estão no fundo de reserva aos investimentos extraordinários que mencionou, colocando-se à disposição da Assembleia para as questões que considerarem.

**Maria Manuel Oliveira** abriu a discussão aos Delegados para se pronunciarem sobre a proposta e colocaram dúvidas, a serem esclarecidas pelos membros do CDN presentes.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



**Ivo Oliveira** - Agradeceu a apresentação, mas lembrou que este PA é para um ano que já vai a meio, manifestando a opinião que esta discussão possa inspirar o plano de 2023. Salientou que da leitura que faz do documento ressalta a quantidade e dimensão das frentes em que o CDN, sendo um grupo pequeno, se encontra a trabalhar, questionando como iremos conseguir ser incisivos e transformadores. Manifestou a sua concordância com o documento, mas achou que se deve caminhar para um Plano de Atividades que eleja um ou dois temas centrais, pois de outro modo corre-se o risco da sua diluição. Considerou, ainda, que precisamos de outro tipo de estratégias e, provavelmente, de fazer escolhas. O tema da sustentabilidade parece-lhe ser um pouco neutro, sendo necessária uma profunda transformação na forma como o construímos, e também aí ser mais incisivos. Comentou que o PA refere o PRR como uma oportunidade, mas o que se sabe é que este modelo está longe de ser exemplar e muito se irá perder no ponto de vista das boas práticas. Reafirmando que este documento serve essencialmente para refletir sobre o ano de 2023, terminou, sublinhando que o Observatório deveria ser uma ferramenta que desse informações reais e práticas, resultante de uma monitorização em tempo real; disse ainda que, para além do inquérito aos arquitetos, é necessária mais e mais variado tipo de informação, a obter, nomeadamente, junto das Câmaras. O Observatório deve transmitir a dinâmica da profissão.

**Décio Ferreira** - Considerou o PA interessante e quis perceber qual a posição de Ordem junto do PRR, fazendo suas as palavras de Ivo Oliveira. Antes de avançar esclareceu que não era contra o périplo pelas SR's, nem contra as reuniões presenciais da AdD, não querendo ficar conotado com essa ideia. Relativamente ao Orçamento, mencionou não perceber como os Açores têm uma receita prevista de cerca de 142 mil euros.

**Luís Quinaz** - Esclareceu que o Conselho Fiscal verificou que a informação plasmada na página 105 do documento, pode ter alguma leitura diversa em relação ao valor que cada uma das Secções possa apresentar, pois ali não se encontram incorporadas todas as iniciativas que contribuem para a parte da receita, as quais foram somadas mais à frente, como se pode ver na página 108. Salientou que a informação dada exclui algumas receitas, mas que estas se encontram corretas e podem ser vistas na totalidade do Orçamento, cujo valor é de 4.815.631 euros.

**Décio Ferreira** - Continuando o seu raciocínio, referiu que na página 133, em que temos os custos e gastos com os Açores, se indica um gasto de 105 mil euros de despesas fixas com funcionários e direção, sem referir despesas com água, luz etc., numa receita de cerca de 142 mil euros. Pelas suas contas, obtém-se um saldo de 37 mil euros. Os Açores já têm uma despesa fixa acima de 75% do valor total da despesa. Ora, se as despesas fixas não podem ser superiores a 35% do total, questionou se as 7SR's são efetivamente rentáveis e viáveis. Referiu ainda os custos com as senhas de presença, que só um dos vogais recebe, perguntando se os restantes não recebem.

**Joana Seixas Nunes** – Respondendo a Décio Ferreira, esclareceu que nos anexos as duas últimas tabelas se referem aos Açores, onde é possível verificar todos os custos, rendas etc. Comentou, ainda, que o CDN não sente legitimidade para comentar o valor das senhas de presença, visto que é uma decisão que compete às SR's. Concordou que seria importante existir uma maior percentagem da despesa para realizar atividades, mas esclareceu que de momento não há forma de o conseguir sem aumentar a receita. Seguidamente respondeu a Ivo Oliveira, mostrando-se de acordo com o seu comentário sobre o Observatório. Informou que a entrada em funcionamento do novo Portal dos Arquitectos, em janeiro de 2023, contribuirá para o conhecimento mais detalhado sobre a atividade dos arquitetos, nomeadamente porque passará a existir uma declaração por ato único, totalmente gratuita, cuja informação - como o tipo de projetos, localização, área, se é reabilitação ou construção nova, etc. - será possível cruzar com os dados dos Municípios.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



**Lia Ferreira** - Agradeceu a exposição e deu os parabéns pelo trabalho feito, não acrescentando mais ao que foi dito, considerando já se saber quais são os problemas e onde se encontram, e que quando se encontrarem respostas, teremos uma Ordem estruturada e a funcionar em pleno. Sobre o Observatório e contrariamente ao que Joana Seixas Nunes disse, interessa-lhe saber se são homens ou mulheres, se os honorários são idênticos, que tipo de sustentabilidade queremos promover. Questionou os contributos da Ordem para os programas do PRR, nomeadamente em relação às questões de desigualdades, e gostaria de saber se está a ser tirado partido destas oportunidades e como se traduz nas atividades da Ordem?

**Leonor Cintra Gomes** - Sucintamente, agradeceu ao CDN o aumento do Orçamento da AdD. Sobre os Colégios, referiu que o Colégio de Património Arquitectónico tem inúmeras iniciativas que constam no site, mas que o Colégio de Arquitectos Urbanistas, que não apresenta qualquer atividade no PA, revela um proveito de mais 7000 euros em relação aos outros Colégios, questionando a razão. Por fim, em relação ao Congresso, que o PA aponta ser dedicado ao ambiente e alterações climáticas, perguntou como se irá preparar este Congresso, que poderá ter uma repercussão pública muito significativa, manifestando a sua preocupação e pretendendo saber como se encontra a decorrer o processo, pois considera que já deveria existir uma comissão organizadora, que nomeadamente avisasse em tempo se pretende uma moção dos Delegados.

**Lia Ferreira** - Na sequência da intervenção da Leonor Cintra Gomes e relativamente ao Congresso, afirmou que se está a passar uma mensagem errada, uma vez que a sua realização não tem a ver com a aprovação do Orçamento, visto que este podia perfeitamente ser realizado em regime de duodécimos, sendo necessário esclarecer este assunto de uma vez.

**Intervenção de Joana Seixas Nunes** - Respondendo às intervenções, começou por informar que acabou de enviar à Presidente da Mesa 2 links, um com o Acordo Inter-administrativo e outro com os contributos do CDN no âmbito do PRR, solicitando que estes sejam partilhados com todos os Delegados. Referiu que estes documentos estão disponíveis no site. Sobre o PRR, esclareceu que o CDN, além dos referidos contributos, tem trabalhado e reunido com uma série de entidades que vão gerir os dinheiros do PRR, sensibilizando-as para a importância da contratação pública e defendendo que deve realizar-se através de concursos, sendo que a urgência não pode ser pretexto para não haver qualidade na seleção. Relativamente ao aumento de verba para a AdD, este justifica-se, sobretudo, como apoio à realização das reuniões descentralizadas, uma iniciativa que o CDN considera muito importante. Sobre os valores dos Colégios, e pediu que esta explicação ficasse em ata, informou que houve um lapso e esclareceu que aquele valor foi uma verba conseguida pelo Colégio do Património Arquitectónico para a realização do Prémio do CPA que está incorretamente colocada no CAUrbanistas, sendo que onde se lê CPA deve ler-se CAU, e vice-versa. Sobre o Congresso, esclareceu que apesar de não ser exatamente da sua alçada, concorda que será necessário começar a trabalhar nele, acrescentando que estes últimos 3 meses têm sido dedicados mais aos instrumentos de gestão. Adiantou a que já se encontra assente a sua realização no primeiro trimestre de 2023, que será nos Açores e terá Sustentabilidade como tema; relativamente a uma Moção dos Delegados, afirmou que certamente que seria bem-vinda e que passaria a mensagem desse interesse. De seguida passou a palavra a Gonçalo Byrne para informações suplementares sobre o Congresso.

**Gonçalo Byrne** - Tomou a palavra e deu diversos esclarecimentos sobre o Congresso, nomeadamente referindo a importância e obrigatoriedade da sua realização e salientando que não é de todo viável realizar um Congresso em regime de duodécimos. Referiu que na candidatura ao mandato havia já a opção do Congresso ser dedicado ao tema da Sustentabilidade, reconhecendo as suas profundas implicações na Arquitetura, enquanto questão ambiental, económica, social, e as suas consequências éticas e culturais. Mencionou ainda que um dos grandes problemas relacionados com a Sustentabilidade, e que não se



resolve num Congresso, é que implica uma reforma de paradigmas extremamente enraizados e desafiantes, envolvendo a prestação de serviços de Arquitetura de projeto, de normalização, de regulamentação e também da gestão pública. Afirmou que uma das questões cruciais é a, até agora inexistente, relação entre a Ordem e as escolas de arquitetura, e que há muito a fazer neste âmbito; que estas alterações não podem ser só pensadas ao nível de Arquitetura mas que têm de ser abertas, nomeadamente, à engenharia, à tecnologia e à indústria da construção. Concluiu a intervenção, dizendo que, sendo um tema ambicioso e largo, no que ao Congresso se refere há muito a fazer, mas que também já se encontra bastante trabalho pensado e realizado.

**Joana Seixas Nunes** - Solicitou ao Dr. Luiz Quinaz a sua opinião sobre a realização do Congresso, estando a Ordem em regime de duodécimos.

**Luiz Quinaz** – Começou por declarar que pensa, tal como referido pelo Presidente Gonçalo Byrne, ser impraticável a celebração de um ato desta dimensão sem um plano pré-aprovado. Observou que a grande preocupação do Conselho Fiscal, conforme o Parecer emitido, é saber, através do Orçamento, como vai ser gerido o dinheiro, visto os recursos serem escassos e a atual dinâmica da Ordem, com 7 Secções, exigir a necessidade incrementar um conjunto de medidas de controle interno, no sentido de não criar obstáculos àquilo que a Ordem pode ter e fazer, considerando em primeiro lugar os seus desígnios, mas também o respeito em termos orçamentais. De seguida, corroborou o seu comentário com a leitura de um excerto do Parecer do Conselho Fiscal. Relembrando que a Assembleia estava em Julho a aprovar o que deveria ser para o ano inteiro, afirmou que não é possível ainda pensar em 2023, como tinha já sido sugerido na reunião, mas sim votar aquilo que será ainda para fazer em 2022; conforme reparo que o Conselho Fiscal igualmente fez no seu Parecer, citou o respetivo extrato, que revela uma forte preocupação com a demora na apresentação do Orçamento. Concluiu a sua intervenção com a leitura de um excerto síntese do Parecer do Conselho Fiscal *“Com base no trabalho efetuado, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de quaisquer factos ou situações que lhe faça crer que o Orçamento de 2022 da ORDEM DOS ARQUITECTOS, não esteja adequado ao Plano de Atividades apresentado e em conformidade com os requisitos estabelecidos e a informação que serviu de suporte à sua preparação”*.

**Nuno Freitas** - Manifestou a sua concordância com a maioria do que foi dito pelos seus colegas e manifestou dificuldade em votar este documento, pois se estava de acordo com o PA, tinha dúvidas relativamente ao Orçamento. Relativamente ao Orçamento Extraordinário de Investimento, perguntou como se obtiveram aqueles valores e como foram decididos os investimentos.

**Luís Rebelo de Andrade** – Referiu que apreciou o PA, designadamente pela reativação de alguns assuntos, tal como o ato único, sugerindo a inclusão de um campo relativo ao nível de honorários cobrado pelo projeto, de modo a regular a profissão e a primar pela qualidade. Também referiu que a pessoa mais bem paga entre as 17 pessoas do seu atelier é do sexo feminino, e deixou algumas notas relativamente ao que foi dito, emitindo a opinião de que no que à sustentabilidade se refere, a primeira medida a tomar seria acabar com o ar-condicionado. Sobre a qualidade na arquitetura, tema também abordado, a sua opinião é existem regras universais que definem a qualidade, sendo uma delas a capacidade de envelhecimento, de que este edifício da Ordem não é um bom exemplo. Terminou, declarando que iria votar a favor do PA, pois considera que tem algumas atividades muito interessantes.

**Intervenção de Joana Seixas Nunes** - Respondendo às intervenções, começou por explicar que antes do atual Estatuto era votado, primeiro o PA e depois o Orçamento, em Assembleia Geral, existindo sempre a crítica de que não se conseguia associar verbas e atividades. Neste momento, essa questão encontra-se ultrapassada, aprovando-se na AdD um documento único, que, sendo híbrido, coloca outros problemas. Este PA será divulgado no site e irá integrar os PA's das Secções, sendo no final apresentado como um todo.

Sobre a forma como se chegou às verbas do Orçamento extraordinário, explicou que os valores sobre os as obras de manutenção da sede da SRN, foram informados pela sua presidente; o valor atribuído às obras da ampliação da sede nacional é baseado nos honorários, de acordo com o concurso, a gestão de projeto etc., sendo que a gestão terá que ser estudada e irá continuar no próximo mandato. Sobre as obras de reabilitação também da sede nacional, foi contactado o arquiteto Egas Vieira, que ajudou a fazer um levantamento de necessidades e a respetiva estimativa de custos; o valor destinado aos recursos humanos, 75.000 euros, resulta da soma dos honorários dos funcionários com contrato, estando a ser considerada a atribuição de um prémio, não estando ainda definido o seu formato.

**Décio Ferreira** - Referindo-se ao Congresso, agradeceu as explicações do Dr. Luiz Quinaz, dizendo que este foi claro, fazemos o Congresso por uma questão de ética e não por questões económicas ou financeiras.

**Luiz Quinaz** – Interveio, esclarecendo que tem a ver com uma questão procedimental, e porque houve autorização para tal.

**Intervenção de Décio Ferreira** – Retomou, referindo que se está previsto que o Congresso se pode fazer em duodécimos, só não fazemos este ano porque não queremos. Se não concordamos que possa ser feito em regime de duodécimos, poderá ser proposta uma alteração ao Estatuto. Seguidamente, informou que chumbou o PA da SR Centro, porque não faz sentido aprovar um PA sem custos associados, uma vez que significaria dar carta branca a quem quer que seja.

**Luiz Quinaz** - Manifestou o seu acordo com o último comentário de Décio Ferreira, que está perfeitamente correto, não deve ser dada carta branca a quem quer que seja, e também não deve ser dada carta branca para fazer um Congresso ou qualquer outra atividade que não esteja pré-programada. Referiu que não faz sentido pedir a alteração dos Estatutos, pois existe o Conselho Fiscal para fiscalizar os atos que têm de ser efetuados pela Direção da Ordem.

**Lia Ferreira** – Solicitou ser esclarecida sobre se o Congresso, sendo estatutário, uma vez que tem que ser formalizado, se sobrepõe a qualquer PA; assinalou, ainda, que o PA em apreciação não tem Orçamento para o Congresso. Depois agradeceu ao Presidente as palavras sábias sobre a sustentabilidade e as suas consequências na ética e na cultura, perguntando que áreas irão ser exploradas neste Congresso, se será só do ponto de vista construtivo e económico, ou se será abordada, também, a questão social, que tem sido pouco abordada. Ironizou, comentando que se vai falar de sustentabilidade num congresso nos Açores, com deslocações em massa, aumentado assim a nossa pegada de carbono. Deu os parabéns a Luís Rebelo de Andrade por no seu atelier ser uma mulher que se destaca em termos salariais, pois essa não é a prática comum. Afirmando que as mulheres são invisíveis na arquitetura, na profissão e no trabalho, e que essa condição também deveria ser absorvida pela Sustentabilidade, advertiu ser fundamental a inclusão desse aspeto no inquérito à profissão.

**João Belo Rodeia** - Lembrou a Lia Ferreira que na Ordem já houve duas arquitetas presidentes do CDN, a Olga Quintanilha e a Helena Roseta, referindo que teve vasta representação feminina, e com visibilidade, numa altura em que nem era necessário haver quotas. Nos seus mandatos esteve fundamentalmente apoiado numa vice-presidente e em presidentes mulheres nas SR, dizendo, ainda, ser fácil escolher mulheres para representar a arquitetura. Considerou, ainda, que há de fato muito para fazer, para dar visibilidade àqueles que são melhores, sejam homens ou mulheres e que o desejável será chegar a um momento em que as questões de género deixem de ser uma questão.

**Joana Seixas Nunes** - Relativamente à questão legal colocada por Lia Ferreira, de o Congresso se sobrepor ao Orçamento, afirmou não ser perita e não ter condições para responder. Esclareceu, no entanto, que tanto ela, enquanto Tesoureira, como o Presidente do CDN, são quem assina e têm de prestar contas junto

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



do Tribunal de Contas, e que nunca iriam assumir tal atitude. Realçou que, no momento, era essa a decisão que a AdD tomaria, sobre se se iria começar a trabalhar na preparação do Congresso e sobre o local da sua realização, lembrando que os Açores também são Portugal.

**Maria Manuel de Oliveira**, constatando não existirem mais intervenções, deu por terminada a discussão deste ponto e colocou à votação da AdD a proposta de **“Plano Geral de Atividades e Orçamento da Ordem dos Arquitectos 2022”**, que obteve a seguinte votação:

**Votos a favor - 20**

**Votos contra – 4**, de Lia Ferreira, Décio Ferreira, Francisco Domingos e Nuno Freitas, que mencionaram enviar a respetiva declaração de voto. (em anexo a esta ata)

**Abstenções – 1** (IB)

**A Proposta foi aprovada por maioria**

(estavam presentes 25 delegados uma vez Adriana Floret e Daniel Vale tinham saído da reunião)

### **Ponto 4. (ex-ponto 1.) Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse**

**A Presidente da Mesa** deu a palavra à Vice-Presidente, Leonor Cintra Gomes, que, apoiada num PowerPoint (anexo a esta ata), informou os Delegados sobre a próxima reunião da AdD, a realizar em 24 de setembro no Funchal. Salientando do Programa, além da realização da 12ª AdDelegados durante a parte da manhã, da parte da tarde se realizará a reunião “O olhar das 7SR “ #2, e que no domingo, 25 se realizará o Seminário “Arquitetura nas Ilhas” organizado conjuntamente pelas SR da Madeira e dos Açores, prestou igualmente algumas informações a nível logístico relacionadas com as reservas dos voos, preços, assim como a urgência em confirmarem a sua presença com brevidade e os procedimentos que se iam seguir, etc.

Não havendo outras intervenções, nem assuntos para tratar, foi lida por Leonor Cintra Gomes a Ata Resumida da reunião. Colocada à votação pela Presidente, foi aprovada por unanimidade e por si subscrita.

A Presidente agradeceu a presença e a participação de todos os membros da Assembleia, agradecendo especialmente ao Dr. Luiz Quinaz e aos membros do CDN, dando a reunião por encerrada às 14 horas e 05 minutos. Dela foi lavrada a presente Ata, assinada pelas Presidente e Vice-Presidente.

Maria Manuel Oliveira,  
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes,  
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



### **Anexos:**

- powerpoint – Relatório e Contas 2021
- powerpoint – Protocolo Repartição Quotização 2022
- powerpoint – Plano Atividades e Orçamento 2022
- Declarações de voto – Lia Ferreira e Décio Ferreira
- Declaração de voto – Nuno Freitas e Francisco Domingos
- powerpoint - 12ª AdDel, reuniões e voos.